Universidades Lusíada

Lousada, Abílio Pires 1966-

Recensão : História da Guerra do Peloponeso de Tucídides

http://hdl.handle.net/11067/5636

Metadados

Data de Publicação	2009
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 05-6 (2009)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T03:28:38Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

"HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO", DE TUCÍDIDES

Abílio Pires Lousada
Major do Exército
Professor de História Militar do Instituto de Estudos Superiores Militares
lousada.abilio@gmail.com

APL.indd 359 14-09-2009 14:57:24

A **História da Guerra do Peloponeso** é um clássico da historiografia e um tratado de Ciência Política e compêndio de Relações Internacionais, cuja acuidade mantém uma interessante actualidade. Perceber o mundo grego dos helénios desse longínquo espaço temporal de quinhentos a.e.c. (antes da era Cristã), nos diversos campos do ser e do saber grego (político, militar, social, económico e cultural), impele à obrigatoriedade de ler a obra, sendo certo que conhecemos a Guerra da Peloponeso através da história vertida pelo ateniense Tucídides, que nela participou.

Ao ler o livro, não podemos deixar de sentir o fascínio do texto, escrito com o rigor de quem elimina da narrativa intervenções divinas e procura causas racionais para a concatenação dos acontecimentos. Estamos perante a primeira obra verdadeiramente histórica, que revive com grande movimento os episódios dramáticos, os discursos atribuídos aos homens políticos, num encadeamento rigoroso que deixa o leitor de fôlego suspenso.

Assim sendo, a presente edição em língua portuguesa da obra-prima de Tucídides, lançada pelas Edições Sílabo, surge não só oportuna como louvável. Mas, sendo certo que o livro vale pelo texto do seu egrégio autor, ele surge enriquecido pelo contributo inestimável conferido pelo Prof Luís Lobo-Fernandes e pelo Coronel David Martelo.

O Prof. Lobo-Fernandes releva no seu Estudo Introdutório a particularidade, incomum à época, do timbre racional e analítico do texto, o pendor centrado na percepção das causas objectivas do conflito, vistas na óptica das razões de Estado e da tipologia do Sistema Político Internacional vigente, marcado pela anarquia, o dilema de segurança e a balança de poder e, facto interessante, discorre sucintamente as similitudes entre a Guerra do Poleponeso, a análise de Tucídides e o seu normativo científico colhido posteriormente em outros momentos da história mundial, culminando com o que designa de roteiro para a análise contemporânea das dinâmicas políticas. Efectivamente, olhando o passado recente e percepcionado o mundo político que nos rodeia fácil é perceber que estamos perante uma obra plena de actualidade, um autêntico caso de estudo.

As notas explicativas apostas pelo Coronel David Martelo complementam sobremaneira a leitura e facilitam o enquadramento espacial do conteúdo, constituindo o Estudo Militar Introdutório ensaio imprescindível para compreendermos a dicotomia das perspectivas estratégicas em confronto,

APL.indd 361 14-09-2009 14:57:24

a especificidade dos aparelhos militares e os constrangimentos tácticos dos contendores, para além de verter em síntese o desenvolvimento do conflito, facilitador da leitura dos oito livros que compõem a obra no seu conjunto.

O sábio chinês Sun Tzu escreveu que "*a arte da guerra é de vital importância para o Estado. É uma questão de vida ou de morte, um caminho para a segurança ou para a ruína. É, portanto, um tema de investigação que de modo algum pode ser negligenciado*". Tanto mais, acrescentamos nós, que a característica relevante do fenómeno guerra é a sua complexidade, que torna difícil a compreensão da sua génese e a justificação dos seus efeitos destrutivos. Complexidade essa que reside essencialmente no processo de imputação de causas, pelo seu carácter plural, concomitante e aleatório.

Perceber as origens e analisar racionalmente as causas da Guerra do Peloponeso foram as preocupações maiores de Tucídides, uma preocupação original e relevante, que rompe com o relato descritivo meramente factual e circunstancial que Heródoto apresenta nas guerras medas (ou persas). Por isso, a narração começa por uma retrospectiva da história grega, para recordar as origens da guerra e, em seguida, analisa a constituição do império de Atenas. Trata-se, para Tucídides, de esclarecer de entre os factores menores, aquilo que parece ser a verdadeira causa do conflito: o antagonismo entre Atenas e Esparta. Por isso o autor refere: "*comecei por registar as causas desta ruptura e os diferendos que a suscitaram, para que um dia não tenha que se perguntar de onde veio semelhante guerra entre os gregos. A causa mais verdadeira, mas não declarada, foi, na minha opinião, o poderio que ao atenienses tinham conquistado e o medo que inspiravam aos Lacedemónios, obrigando-os à guerra*"[1].

Para Tucídides o poder hegemónico, a ambição e o consequente desejo de conquista constituía a causa principal do choque entre as Cidades-Estados da Grécia, encerradas num ciclo conflitual que levava os vizinhos a unirem-se contra a potência dominante. Através das suas análises, que não se limitavam a apontar

[1] Preocupação interessante e pioneira, esta de compreender e analisar as bases e as razões em que assentou a eclosão da guerra, algo que só a 1.ª Guerra Mundial impelirá os politólogos a fazer o mesmo, fruto dos nefastos acontecimentos e repercussões do conflito. Efectivamente, até ao século XX os Estados incluíam o direito de fazer a guerra no seu estatuto internacional. Depois, a 2.ª Guerra Mundial e a Guerra-Fria impeliram os agentes à caracterização dos conflitos e à necessidade de perspectivar formas de os prever, resolver ou, no mínimo, de os circunscrever e controlar. O que passara a estar em causa era já o futuro da própria Humanidade, sobreposta ao interesse dos Estados. De facto, a interdependência fez crescer rapidamente o número de intervenientes na guerra, que se tornou mundial, o desenvolvimento das técnicas de combate, apoiadas em potenciais industriais, científicos e tecnológicos, alargou os objectivos militares, que se estenderam aos centros nevrálgicos do opositor, retirando aos aglomerados populacionais a sua imunidade à guerra. Depois, a domesticação da energia nuclear constituiu o atingir do ponto crítico. Presentemente vivemos, como é do domínio comum, uma unipolaridade militar e tecnológica, um caso atípico em relações internacionais, com a perniciosidade subjacente de quem, em face de objectivos considerados vitais, se permite substituir a força do direito pelo direito à força. Uma prerrogativa de quem não tem competidor estatal nem regulador supra-nacional. Mas, neste caso, convém lembrar a actualidade da frase de Richelieu que, do alto do seu pragmatismo governativo, referiu que "*os fracos em política nunca têm razão*".

APL.indd 362 14-09-2009 14:57:25

os responsáveis pelo conflito armado, mas antes a indicar e perceber quais as razões que levavam as cidades da Grécia a não coexistir pacificamente, Tucídides esboçou os alicerces da teoria do Estado Natural da sociedade internacional, apresentando a necessidade de existência de um equilíbrio de poderes dos Estados para a paz na sociedade ser uma realidade.

Em síntese, aceitando a sociedade como competitiva e conflitual, Tucídides elencou a tese clássica do equilíbrio internacional e do mecanismo de balanço entre as acções e influências recíprocas, assente na aplicação da responsabilidade política e na proporcionalidade das acções, onde o primordial e possível é gerir os conflitos, mantendo a análise fria da razão. Isto equivale a afirmar que Tucídides abriu campo à Escola Realista das Relações Internacionais, considerando o poder, a guerra e o equilíbrio os factores, de acordo com as circunstâncias, do interesse nacional dos estados. Um realismo político, apesar de tudo, que não aceita a sociedade internacional como meramente competitiva e desregrada, acreditando na actuação e conduta pela ética de responsabilidade dos governantes e nos valores dos homens, das organizações e dos Estados, capazes de se oporem a hegemonias manipuladoras do equilíbrio assente numa balança de poderes.

Tucídides teve os seus seguidores, podendo destacar-se, entre outros, Emmerich von Vattel, observador da Guerra dos Sete Anos, conflito que o levou a questionar-se sobre a legitimidade da guerra preventiva contra um vizinho desejoso de aumentar o seu domínio. A sua preocupação era impedir que os estados sedentos de poder e hegemonia (caso concreto da Prússia) se lançassem em competições desenfreadas e desreguladas, com o recurso à guerra a servir de base de hegemonias e a criação de impérios.

Concepção de contornos semelhantes foi considerada por Espinoza, um filósofo oitocentista que preceituou que nas suas relações mútuas, os Estados ficaram no seu estado natural. Todavia, porque animados pela sua própria força e impregnados pelo poder, os Estados podiam e deviam estabelecer entre si relações harmoniosas e equilibradas, na procura do bem e do interesse comum.

Temos assim que a concepção realista moderada evidencia a tentativa de compatibilizar a tradição personalista e a tradição maquiavélica (realismo natural), o compromisso ou a alternância entre a moral da convicção e a moral da responsabilidade, a proclamação dos grandes princípios e valores absolutos e o simultâneo uso da força como argumento supremo independente da justiça dos interesses. Não por acaso, como vinca o Prof. Lobo-Fernandes, apesar de a **História da Guerra do Peloponeso** ter merecido a atenção de Maquiavel, não foi de molde a torná-lo «livro de cabeceira», ao contrário do contemporâneo Guicciardini, que anotou que "*o sistema internacional operava no sentido de manter um equilíbrio geral no qual os Estados se vigiavam mutuamente*" para impedir domínios unipolares no meio geopolítico em que se moviam, no caso concreto a Península Itálica.

Em tempos mais recentes, foi Arnold Toynbee quem discorreu sobre as virtudes da balança de poderes, verificando que o equilíbrio desliza do centro para a periferia. Olhando o princípio do equilíbrio de poderes como a bitola pela

APL.indd 363 14-09-2009 14:57:25

qual se deve reger a prudência governativa, Toynbee não tem, no entanto, pejo em reconhecer que a sociedade internacional se orienta mais pelos preceitos de Maquiavel do que pelos de Grotius.

Distribuindo sazonalmente o enredo, Tucídides colocou em lugar cimeiro o seu actor principal, o HOMEM. E, de facto, para falarmos da Grécia Antiga impõe-se falar do homem grego, inserto numa sociedade de confronto onde, para se ser reconhecido, é preciso prevalecer sobre os rivais numa cessante competição pela glória, cada indivíduo e cada cidade-estado está sujeito ao olhar do outro, existindo em função desse olhar.

Para lá das inegáveis virtudes de cidadania, arte e ciência, o grego foi um «animal político» e um homem belicoso. De tal forma que na Grécia Antiga a guerra foi uma recorrência: Atenas, por exemplo, esteve em guerra dois em cada três anos e nunca conheceu a paz durante dez anos seguidos. A guerra foi, aliás, o facto verdadeiramente digno de registo e memória escrita, como o comprova as guerras Medas para Heródoto e do Peloponeso para Tucídides. Porém, os aspectos técnicos da arte militar cresceram ao longo dos tempos, de tal forma que enquanto Heródoto fala em astúcia e força, Tucídides vinca a inteligência aliada à prática de comando do estratega.

Na Grécia clássica era-se soldado porque se era cidadão, um direito que recaía na importância dos seus rendimentos e estatuto social, uma verdade quer no caso de Atenas como no de Esparta, apesar de a acuidade militar ser aqui mais vincada, pois o comportamento em combate era fulcral. A Polis era o centro do mundo grego e a sua defesa a máxima obrigação de cada cidadão. Se integrar a Falange numa campanha ofensiva significava, quantas vezes, a aventura, a ânsia de glória e a sede de riqueza, defender a Polis era defender a própria honra. A organização das falanges, o valor individual do combatente (Hoplita) e o patriotismo grego fez do dispositivo militar uma máquina de guerra não só temível como insuperável para os ditos «bárbaros» da Pérsia. Mas a situação entrava em impasse quando a guerra opunha gregos contra gregos, não espantando a longevidade das guerras do Peloponeso (460-404 a.e.c). A não ser quando o estratega era um visionário e o dispositivo de combate e as tácticas adoptadas inovadoras, como aconteceu com o ateniense Péricles ou, mais tarde, os tebanos Epanimondas e Leónidas.

Esta realidade de equilíbrio dos combates justificam que a polis fosse envolvida por um conjunto de fortalezas que se pretendiam inexpugnáveis, na procura incessante de estarem um passo à frente das máquinas de assédio. A velha dialéctica da arma/anti-arma. Na verdade, talvez exceptuando Esparta, que assentava a sua defesa numa coroa de guerreiros, as cidades gregas não prescindiam dos tijolos para garantirem a sua segurança. De tal forma que Atenas, depois imitada por Mégara, constrói as suas grandes muralhas em consequência da 1.ª Guerra do Peloponeso, e torna-se inexpugnável, um aquartelamento fortificado e aberto ao mar[2].

[2] Uma espécie de escudo anti-míssil em projecto no «actual tempo americano», limitador da possibilidade de interacção cooperativa com os demais actores.

APL.indd 364 14-09-2009 14:57:25

Após a vitória sobre os persas, a Grécia entrou no período mais importante da sua história, havendo mesmo quem se refira àquela época como o «milagre grego», tão grandiosas foram as realizações do período da civilização clássica. No entanto, a história política que constituiu o pano de fundo daqueles feitos foi tão amarga e envenenada que terminou com a extinção da instituição que deu corpo à civilização grega, a cidade-estado.

A razão maior do ocaso? A Guerra do Peloponeso, que deixou os helénios ao alcance, menos de 100 anos decorridos, do poder centrípeto emanado dos gregos da Macedónia de Filipe II e Alexandre o Grande.

Longa, complexa e devastadora, a Guerra do Peloponeso resulta de uma vasta teia de alianças, de encontros e equívocos, da ânsia da segurança e de protagonismos, de percepções erróneas sobre as intenções do «vizinho», da clara ausência de comunicação entre os poderes oponentes e uma inequívoca negação de credibilidade de parte a parte. De tal forma que os dois colossos da época se envolveram num conflito de tão vasta dimensão espacial e temporal, que a ténue vontade em acordar a paz definitiva emprestou à depredação o fim de uma era em Atenas e uma vitória de Pirro para Esparta.

Sobre este aspecto, é interessante recordar o que escreveu Tucídides: "*A audácia irreflectida confunde-se com a coragem de um leal aliado e a prudente hesitação com uma ilusória cobardia; a moderação é vista como um disfarce para a fraqueza e a ponderação de todos os aspectos de um problema como inaptidão para agir. As juras de reconciliação, proferidas por ambas as partes com o único objectivo de enfrentar uma dificuldade imediata, só valem enquanto não se dispõe de outra arma mas, logo que a oportunidade o permite, o primeiro a aproveitá-la apressa-se a apanhar o inimigo de surpresa, considerando essa vingança pérfida ainda mais doce do que um ataque aberto, uma vez que descontadas as razões de segurança, o êxito obtido através da traição é aquele que lhe dá a palma de inteligência superior*".

A Guerra do Peloponeso mostra o confronto entre um Estado de civilização superior, democrático, comercial e talassocrático (Atenas) e um Estado conservador, oligárquico, militar e epirocrático (Esparta). Atenas era um típico Estado ribeirinho, uma sociedade aberta que fazia do mar o meio de ligação com outros povos e a sua fonte de abastança, marcada pelo individualismo interno e a belicosidade externa, geradora de anti-corpos. Esparta, enquanto estado continental, apresentava um modelo sócio-político fechado, centralizado e voltado para valores internos que sobrevaloriza e estimula.

Atenas possuía superioridade marítima com as suas 300 trinemes e dispunha de importantes recursos financeiros. Mas contava apenas com 13 000 hoplitas, no máximo, e 12 000 reservistas, além de 1 200 cavaleiros. Para além das cidades do império, pode teoricamente contar com as alianças a Ocidente: Corcira, Acarnânia, Zacinto e algumas cidades da Sicília. Esparta dispõe de um contingente de 60 a 100 000 combatentes, e 1 600 cavaleiros, pois todos os membros da Peloponésia (com excepção de Argos, a Beócia e fócia) fornecem homens. Mas Esparta conta apenas com a frota de Corinto e Ambrácia (uma centena de navios), e a aliança

APL.indd 365 14-09-2009 14:57:25

de Tarento e Siracusa, na Sicília.

Portanto, são ao mesmo tempo duas mentalidades, dois temperamentos e duas tácticas que se defrontam.

Suprida a ameaça persa em Plateia e Salamina (480 a.e.c.), os espartanos regressaram a casa com a preocupação de resolver os problemas internos com os hilotas. Entretanto, como os persas continuassem a minar os movimentos marítimos e comerciais de Atenas, esta, sob a orientação de Aristíades, criou a Liga de Delos, uma aliança de segurança e defesa composta pelos Estados em torno do mar Egeu (478 a.e.c.).

Os Estados que tinham livremente aderido à Liga de Delos, e que chegaram a perfazer cerca de 200, contribuíam inicialmente com homens e equipamento (navios), em quantidade proporcional às suas possibilidades. Mas, a partir de determinado momento, a maior parte dos membros da Liga começou gradualmente a substituir as suas contribuições em pessoal e navios por pagamentos em dinheiro, o que na prática se transformou no pagamento de um tributo a Atenas. À medida que esta tendência se acentuou e o perigo persa diminuía, o objectivo da Liga de Delos deixou de ser a defesa contra a Pérsia, transformando-se no reforço do poder de Atenas. Esta constatação impele cidades como Naxos a revoltarem-se contra o pacto federal, sendo brutalmente reprimidos. Por fim, quando a paz com a Pérsia foi formalizada (449 a.e.c.) a Liga manteve-se, sem justificação para tal, embolsando Atenas o contributo financeiro de uma centena de cidades-estado, além de a sede da Liga transitar de Delos para Atenas. Ou seja, Atenas transforma-se de Estado director da aliança em império conservado por meio da coacção.

Esparta, que ao início vira com bons olhos a responsabilidade de defesa assumida por Atenas fora das suas fronteiras, acaba por denunciar a situação. Assim, organizou os seus vizinhos da Península do Peloponeso numa aliança militar, exigindo a Atenas a livre escolha de cada Estado relativamente à aliança a aderir. E eis um primeiro aspecto curioso e paradoxal: um Estado democrático suprimia a liberdade dos seus aliados, enquanto que uma oligarquia militar se transformava em arauto da auto-determinação.

O resultado foi a 1.ª Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta, que durou cerca de 15 anos (460-445 a.e.c.). O relativo sucesso alcançado impeliu Péricles a um acordo de paz por trinta anos, quebrado, no entanto, apenas 14 anos decorridos (431 a.e.c.). O catalisador que estilhaçou os frágeis alicerces da paz resultou de um conflito interno de menores dimensões ocorrido numa cidade-estado com peso político pouco mais que irrelevante, Epidamno, que se internacionalizou incendiando toda a Grécia.

Iniciava-se a 2.ª Guerra do Peloponeso que, apenas com algumas interrupções, se prolongaria por 27 anos, revelando na essência uma guerra entre a terra e o mar. Uma tipologia de confronto tantas vezes acompanhada na História, merecendo o antagonismo entre a França e a Inglaterra uma aproximação que, entre 1689 e 1815, originou oito guerras.

APL.indd 366 14-09-2009 14:57:25

Mais do que correr o «filme» da guerra, presente no Estudo Introdutório do livro, releva-se a génese do conflito.

O catalisador específico ocorre em Epidamno, onde uma «guerilha» institucional entre democratas e oligarcas leva aqueles a apelar a ajuda da cidade-estado de Córcira, de que Epidamno tinha sido colónia, sendo o pedido rejeitado. Os democratas de Epidamno voltaram-se então para outra cidade-estado, Corinto, que aceitou o repto. Córcira enfureceu-se com a atitude de Epidamno e enviou uma esquadra para ocupar a sua antiga colónia. Na sequência desta acção, as esquadras de Córcira e Corinto defrontaram-se, sendo esta derrotada. O ultraje resultou numa declaração de guerra de Corinto a Córcira[3].

Ciente do superior naval de Corinto, Córcira pediu ajuda a Atenas, que interveio como mediadora do conflito. Após ouvir as duas partes, Atenas colocou-se perante um dilema: por um lado, não queriam quebrar o acordo da paz dos trinta anos firmado na Grécia com Esparta, que durava há onze. Mas, por outro lado, se Corinto, concorrente comercial e marítimo, que fazia parte da Liga do Peloponeso, atacasse e conquistasse Córcira e se apoderasse da sua armada, o equilíbrio de poder entre Atenas e Esparta podia inclinar-se a favor desta.

Assim, sentindo que não podia deixar cair a esquadra de Córcira nas mãos dos coríntios, Atenas decidiu envolver-se no conflito de forma superficial. Lançou então uma pequena expedição com 10 navios, destinada a reforçar a esquadra de Córcira, com a intenção de dissuadir Corinto, mas com instruções para não atacarem a não ser em retaliação. Mas a operação de dissuasão falhou. Corinto atacou a esquadra de Córcira com sucesso e, quando os navios corcirenses começaram a perder a batalha, os navios atenienses que se lhe tinham juntado foram também arrastados para o combate, empenhando-se muito para além do pretendido.

O envolvimento de Atenas enfureceu Corinto, que retaliou fomentando revoltas em Potideia que, apesar de pertencer à Liga de Delos, possuía laços históricos com Corinto.

Esparta prometeu imediatamente auxílio a Corinto, caso Atenas atacasse Potideia. A revolta ocorreu de facto e Atenas enviou tropas para a suprimir.

Iniciou-se, então, uma fase de grande debate: os atenienses apelaram aos espartanos para que permanecessem neutrais; enquanto isso, os coríntios incitaram-nos a entrar em guerra, argumentando: "*Eles (os atenienses) mostram-se audaciosos para além das suas forças; destemidos para além de toda a expectativa, cheios de esperança mesmo nos perigos. Vós, pelo vosso lado, imaginais que nunca podereis sair de situações difíceis. Eles agem e vós contemporizais; eles viajam pelo estrangeiro, e vós sois os mais sedentários dos homens*".

À pressão de Corinto, veio ainda juntar-se a de Mégara, uma cidade com quem Atenas banira entretanto o relacionamento comercial. Que Atenas tenha

[3] Neste particular, é impossível ignorar o assassinato de Serajevo de Julho de 1914 que, em efeito dominó, arrastou a Europa e o Mundo para a guerra, tão só porque a rigidez dos dois blocos oponentes, a *Entente Cordiale* e Tríplice Aliança, a isso impeliu.

APL.indd 367 14-09-2009 14:57:25

querido introduzir os seus mercados em Mégara, ou apoiado Córcira contra Corinto, são acontecimentos que explicam o encadeamento dos factos, e não a causa destes últimos. Após o congresso de Esparta e dos seus aliados, do envio infrutífero de arautos de um e de outro lado, a guerra estava à mercê do primeiro incidente: este será a tentativa tebana de se apoderar de Plateias, fiel aliada de Atenas, na fronteira da Ática com a Beócia.

Desta forma, apesar de se encontrar dividida, Esparta acabou por se decidir pela guerra por temer que, caso o poder de Atenas não fosse controlado, esta viesse a controlar toda a Grécia, temendo pela sorte da talassocrática Coríntia. A este respeito escreve Tucídides: "*a audácia irreflectida confunde-se com a coragem de um leal aliado e a prudente hesitação com uma ilusória cobardia; a moderação é vista como um disfarce para a fraqueza e a ponderação de todos os aspectos de um problema como inaptidão para agir*".

Ou seja, Esparta entrou em guerra para manter o equilíbrio de poder entre as cidades-estados gregas; Atenas para materializar uma hegemonia considerada não só desejável como oportuna.

A estratégia da guerra, iniciada em 431 a.e.c., era ditada pelos meios disponíveis e, como o exército de Esparta era claramente superior e capaz de ocupar o território de Atenas, esta não podia enfrentar os seus inimigos em terra. Contudo, possuía a melhor armada, em grande medida obra do estadista Péricles, a qual constituía a base de uma estratégia assente no abandono de campo à invasão anual dos espartanos (onde procuravam suprir a escassez alimentar) e na retirada dos habitantes para a cidade e para o porto de Pireu, ligados entre si por duas muralhas com cerca de 8 km de comprimento e separadas por 180 metros de distância. Ali os atenienses podiam abrigar-se sem ser perturbados por bombardeamentos ou por assaltos, enquanto a sua esquadra, controlando o mar, asseguraria a importação de alimentos, sobretudo cereais, tanto em tempo de guerra como de paz, tornando ineficazes os efeitos de um bloqueio.

Mas nem tudo correu como previsto, pois um surto de peste e a morte de Péricles (429 a.e.c.) fizeram soar os alarmes em Atenas, dispondo-se a umas tréguas em 421 a.e.c. (Paz de Nícias), firmadas para 50 anos.

Entretanto, dois anos depois, Esparta e Argos envolveram-se em guerra, que perturbou a aliança entre Atenas e Argos.

Enquanto isso, as frustrações e a opulência económica de Atenas impeliram-na para a guerra, de forma confiante. Na Sicília situava-se a abastada cidade de Siracusa, a colónia mais importante de Corinto, pelo que urgia ocupá-la para ferir o inimigo, negando-lhe os recursos em cereais e angariando despojos. A conquista da Sicília anulava não só a concorrência de Corinto, como inviabilizava o poder terrestre de Esparta e, no limite, tornava Atenas dona do Mediterrâneo, onde a ocupação de Cartago no Norte de África não fora parte dos planos.

Mas a expedição siciliana foi um desastre (415-413 aC), marcando a génese do ocaso do império ateniense, pois metade do seu exército e frota naval foram destroçados, originando um período de perturbação e intrigas internas.

APL.indd 368 14-09-2009 14:57:25

Como seria de esperar, tal derrota veio consolidar ainda mais a aliança entre os inimigos de Atenas, até porque os espartanos conseguiram a ajuda dos persas (dispostos a libertarem as cidades súbditas de Atenas como contrapartida da lapidação desta). A derrota militar e naval debilitou o moral ateniense e a racionalidade deliberativa da *ecclesia*. Atenas ainda teve por um momento esperança em Alcibíades, chamando-o à cidade, mas não o reelegeu no ano seguinte, acusado-o de ofensa aos deuses. Mais espectacular e dramático é o episódio de Arginusas, onde os atenienses obtiveram uma importante vitória naval contra Esparta, em 406 a.e.c. Quando se esperava a glorificação dos vencedores, a oligarquia que, entretanto, se substituíra à democracia, acusa os oito generais que comandaram a expedição de não terem recolhido os seus mortos após a tempestade e condena-os à morte.

E assim, com a anarquia política instalada, a sociedade envolta na descrença e falha de estrategos competentes para combaterem no mar, Atenas apresenta-se uma cidade encurralada e amorfa, que cai, por fim, a 404 a.e.c, após a vitória naval do espartano Lisandro em Aegos-Potamos, a defecção dos aliados atenienses e um cerco de seis meses que obriga à preitezia humilhante de ter que derrubar as suas muralhas.

O poder de Atenas era destruído, enquanto no dizer de Xenofonte a Grécia aplaude. Na verdade, repisando a frase de Tucídedes com que o Coronel David Martelo termina o Estudo Militar Introdutório, "*o colapso de Atenas entronca na atitude resultante do seu extraordinário sucesso, o qual fez com confundisse a sua força com a dimensão das suas esperanças*".

Quais foram, então, as causas reais da guerra? A apreensão causada em Esparta pelo crescimento de Atenas? Atenas poderia ter evitado a guerra, se tivesse melhor capacidade de previsão? A este respeito é interessante referir uma afirmação feita por Péricles (o líder ateniense) aos seus concidadãos, nos primeiros dias da guerra: *é legítimo e respeitável que defendam a dignidade imperial de Atenas. O vosso império é agora como uma tirania: pode ter sido errado conquistá-lo, mas é certamente perigoso abandoná-lo*".

Uma interessante explicação, que parte do pressuposto que o início da guerra teve como ponto de partida um dilema de segurança. Os dilemas de segurança resultam, em primeira análise, de uma característica essencial do SPI: a sua organização anárquica, onde a actuação independente por parte de um estado para aumentar a sua segurança, pode tornar todos os outros mais inseguros, impelindo-os a normativos estratégicos idênticos. O resultado é que os esforços independentes de cada um para desenvolver o seu poder e segurança, acabam por tornar ambos mais inseguros[4].

Parece então lógico que, para evitar este tipo de situações, os Estados

[4] E, afinal, não foi em larga medida o que aconteceu no período da "*paz impossível, guerra improvável*", mediante classificação da Guerra-Fria por Raymond Aron? Com a ressalva, obviamente, de que a confrontação entre o poder epirocrático soviético e a talassocracia americana jamais evoluíram da estratégia genética para a operacional

APL.indd 369 14-09-2009 14:57:25

cooperem, no sentido do não desenvolvimento em espiral das suas defesas. Mas, apesar de tal facto parecer óbvio, os Estados não cooperaram. Porquê? Porque a cooperação é difícil (ou impossível) de estabelecer, na ausência de comunicação e da percepção nítida da vontade e capacidade do oponente[5]. No caso grego, mesmo que a comunicação entre ambos fosse possível, existe ainda outro problema: confiança e credibilidade. A ausência de confiança e de credibilidade no SPI encoraja os estados a garantirem a sua própria segurança, mesmo que isso possa conduzir a totalidade do sistema à insegurança mútua.

A posição de Atenas, antes do início da 2ª Guerra do Peloponeso, revela um inequívoco dilema de segurança, assente na desconfiança. Atenas e Esparta tinham estabelecido uma paz por 30 anos. Depois dos acontecimentos em Epidamno e a subsequente disputa entre Córcira e Corinto, os atenienses estavam relutantes em quebrar as tréguas.

Atenas devia ter mantido as tréguas e rejeitado o apelo de Córcira para atacar Corinto?

Se o tivesse feito, o que teria acontecido se então os peloponésios (Corinto/Esparta) fizessem "batota" e capturassem a esquadra de Córcira?

Atenas devia então ter confiado no cumprimento do acordo por parte dos peloponésios?

A partir do momento em que os atenienses se convenceram de que a guerra era inevitável, entraram num processo altamente "corrosivo" em política internacional, as partes sabem que vão jogar um jogo único que, no limite, envolve a sua sobrevivência.

E, assim, Atenas foi de vitória em vitória naval até à derrota final.

Com o Peloponeso é todo o mundo grego que está em guerra, cujo resultado é a substituição do império comercial e financeiro ateniense pelo império militar espartano, que não trará grandes alterações ou momentos de grandeza helénica, antes inicia o apagar do «fogo grego».

[5] A Crise dos Mísseis de Cuba foi um erro de *casting* que colocou o mundo à beira da hecatombe nuclear, onde o problema de semiótica, ou falta dela, foi ultrapassado com recurso ao telefone vermelho. Em 1991, Saddam Hussein não atacou o Kuwait na convicção de que o mundo ocidental não se envolveria nas questões árabes? E que dizer da ocupação das Malvinas pelo General Galtieri, ciente que jamais o Reino Unido deslocaria forças para tão longe com o objectivo de recuperar umas ilhas quase inabitáveis?

APL.indd 370 14-09-2009 14:57:25